

Demandas e Contextos da Educação no Século XXI

Karina Durau
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Karina Durau
(Organizadora)

Demandas e Contextos da Educação no Século XXI

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D371 Demandas e contextos da educação no século XXI [recurso eletrônico] / Organizadora Karina Durau. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Demandas e Contextos da Educação no Século XXI; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-082-7
DOI 10.22533/at.ed.827190402

1. Educação. 2. Ensino superior – Brasil. I. Durau, Karina.
CDD 378.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Demandas e contextos da educação no século XXI” apresenta um conjunto de 62 artigos organizados em dois volumes, de publicação da Atena Editora, que abordam temáticas contemporâneas sobre a educação no contexto deste século nos vários cenários do Brasil. No primeiro volume são apresentados textos que englobam aspectos da Educação Básica e, no segundo volume, aspectos do Ensino Superior.

Práticas pedagógicas significativas, avaliação, formação de professores e uso de novas tecnologias ainda se constituem como principais desafios na educação contemporânea. São tarefas desafiadoras, porém que atraem muitos pesquisadores, professores e estudantes que buscam discutir esses temas e demonstram em suas pesquisas que o conhecimento sobre todos os aspectos que envolvem os processos de ensino e de aprendizagem na Educação Básica e no Ensino Superior requerem uma prática pedagógica reflexiva. Muitas pesquisas indicam que cada grupo de docentes e discentes, em seus contextos social e cultural, revelam suas necessidades e demandam uma reelaboração sobre concepções e práticas pedagógicas para os processos de ensino e de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o volume I desta obra é dedicado aos pesquisadores, professores e estudantes que se aplicam aos estudos de toda a complexidade que envolve os processos de ensino e de aprendizagem da Educação Básica, incluindo reflexões sobre políticas públicas voltadas para a educação, práticas pedagógicas, formação inicial e continuada de professores, avaliação e o uso de novas tecnologias na educação.

Já o volume II é dedicado aos pesquisadores, professores e estudantes que se interessam pelas demandas do Ensino Superior, como a relação entre a teoria e a prática em diversos cursos de graduação, seus processos de avaliação e o uso de tecnologias nesse nível da educação.

Assim esperamos que esta obra possa contribuir para a reflexão sobre as demandas e contextos educacionais brasileiros com vistas à superação de desafios por meio dos processos de ensino e de aprendizagem significativos a partir da (re) organização do trabalho pedagógico na Educação Básica e no Ensino Superior.

Karina Durau
(Organizadora)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO ESTADO DO AMAZONAS	
Felipe Lopes de Lima Jeanne Araújo e Silva Lúcia Regina Silva dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8271904021	
CAPÍTULO 2	14
A PRÁTICA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	
Nadja Regina Sousa Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.8271904022	
CAPÍTULO 3	20
PROJETO PEDAGÓGICO INOVADOR EM UMA ESCOLA PÚBLICA: O PAPEL DO CONHECIMENTO E DO PROFESSOR	
Maria Cecília Sanches	
DOI 10.22533/at.ed.8271904023	
CAPÍTULO 4	35
INFÂNCIA E DESCOLONIZAÇÃO: EMANCIPAÇÃO COMO ENCONTRO OU ROMPIMENTO ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS?	
Antonio Gonçalves Ferreira Junior	
DOI 10.22533/at.ed.8271904024	
CAPÍTULO 5	40
PEDAGOGIA DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CEMEI VISCONDE DE ITABORAÍ	
Alexandra de Souza Silva dos Santos Simone de Oliveira da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8271904025	
CAPÍTULO 6	55
IMPLEMENTAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERESSE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE VIÇOSA – MG	
Andreza Teixeira Guimarães Stampini Maria de Lourdes Mattos Barreto Naise Valeria Guimarães Neves	
DOI 10.22533/at.ed.8271904026	
CAPÍTULO 7	63
ONLINE OU OFFLINE? VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Aparecida do Nascimento Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8271904027	

CAPÍTULO 8 67

O BRINCAR E O LETRAMENTO COMO POSSIBILIDADE DE SANAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Miriam Paulo da Silva Oliveira
Rosilene Pedro da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8271904028

CAPÍTULO 9 74

A ESCOLARIZAÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO DIDÁTICO

Paulo Eduardo Silva Galvão

DOI 10.22533/at.ed.8271904029

CAPÍTULO 10 84

A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR DO PROFESSOR SOBRE O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INCLUSO

Maria José de Souza Marcelino
Maria José Calado Souza

DOI 10.22533/at.ed.82719040210

CAPÍTULO 11 97

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NÍVEIS DE ESTRESSE DOS DOCENTES FRENTE À INCLUSÃO

Andréa Santana
Eliane Aparecida Mendonça
Franciele Viviane Ismarsi
Nayara Leticia Gonçalves
Suzana Barbosa Nicolau
Rádila Fabricia Salles

DOI 10.22533/at.ed.82719040211

CAPÍTULO 12 120

PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM LENTE MULTIFOCAL: FORMANDO ME FORMO, ME INFORMO, ME RECONSTRUO...

Sueli de Oliveira Souza
Simone Albuquerque da Rocha

DOI 10.22533/at.ed.82719040212

CAPÍTULO 13 131

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Luzanira de Deus Pereira da Silva
Regina Aparecida Marques

DOI 10.22533/at.ed.82719040213

CAPÍTULO 14 140

FORMAÇÃO CONTINUADA E AUTONOMIA PROFISSIONAL À LUZ DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Michelle Castro Silva

DOI 10.22533/at.ed.82719040214

CAPÍTULO 15	147
HABILIDADES DE REFLEXÃO FONOLÓGICA E ALFABETIZAÇÃO: SABERES E FAZERES INCORPORADOS À AÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DE ALFABETIZADORAS	
Edeil Reis do Espírito Santo	
DOI 10.22533/at.ed.82719040215	
CAPÍTULO 16	162
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LITERATURA NO ENSINO A DISTÂNCIA	
Giselle Larizzatti Agazzi	
Maria Teresa Ginde de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.82719040216	
CAPÍTULO 17	172
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E USO DE TIC: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Rosana Maria Luvezute Kripka	
Lori Viali	
Regis Alexandre Lahm	
DOI 10.22533/at.ed.82719040217	
CAPÍTULO 18	183
A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLARIDADE EM CICLOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Regina Aparecida Correia Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.82719040218	
CAPÍTULO 19	196
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG/BRASIL	
Eliana Cristina Rosa	
Daniel Omar Arzadun	
DOI 10.22533/at.ed.82719040219	
CAPÍTULO 20	214
DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE – MT	
Cláudia Lúcia Pinto	
Geovana Alves de Lima Fedato	
Valcir Rogério Pinto	
Julio Cezar de Lara	
DOI 10.22533/at.ed.82719040220	
CAPÍTULO 21	233
A PERSPECTIVA DISCENTE RELACIONADA AO USO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS NO AMBIENTE ACADÊMICO	
Carla Oliveira Dias	
DOI 10.22533/at.ed.82719040221	
CAPÍTULO 22	245
O BLOG COMO SUPORTE DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Manoel Guilherme De Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.82719040222	

CAPÍTULO 23	254
SALA DE AULA INVERTIDA COM WHATSAPP	
Ernane Rosa Martins	
Luís Manuel Borges Gouveia	
DOI 10.22533/at.ed.82719040223	
CAPÍTULO 24	264
USO DO WHATSAPP NO COTIDIANO DAS PESSOAS IDOSAS: LETRAMENTO DIGITAL NA INTERAÇÃO COMUNICATIVA	
Estêvão Arruda Borba Santiago Guimarães	
Zuleide Maria de Arruda Santiago Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.82719040224	
CAPÍTULO 25	274
AS FASES DA GESTÃO DE PROJETOS APLICADAS À PRODUÇÃO ÁGIL DE CONTEÚDOS EDUCACIONAIS ONLINE	
Felipe Paes Landim	
Marcos Andrei Ota	
Jane Garcia de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.82719040225	
CAPÍTULO 26	283
BALEIA AZUL E 13 REASONS WHY: ATÉ QUE PONTO A INTERNET INTERFERE NA IDEAÇÃO SUICIDA?	
Júlia Sprada Barbosa	
Giovana Chaves Mendes	
Marina Dilay de Oliveira	
Matheus Novak Corrêa	
Nathalia Akemi Shimabukuro	
Cloves Antonio de Amissis Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.82719040226	
CAPÍTULO 27	291
PRÁTICAS EDUCATIVAS NA REDE FEDERAL: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Tatiana Das Mercês	
DOI 10.22533/at.ed.82719040227	
CAPÍTULO 28	305
ESTILOS DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E JOVENS E A METODOLOGIA DOS EPISÓDIOS DE APRENDIZAGEM SITUADA	
Monica Fantin	
DOI 10.22533/at.ed.82719040228	
CAPÍTULO 29	318
LETRAMENTO LITERÁRIO E INTERSEMIOSE: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM A PARTIR DA POESIA DE GREGÓRIO DE MATOS	
Marta da Silva Aguiar	
Dayane Gomes da Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.82719040229	

CAPÍTULO 30 331

MULTILETRAMENTOS COM GÊNERO NOTÍCIA: DO IMPRESSO AO DIGITAL

Cristiane Coitinho de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.82719040230

CAPÍTULO 31 342

ALUNOS DA TURMA “E”: REFLEXÕES E INFLEXÕES SOBRE ESTIGMATIZAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

Laerty Garcia de Sousa Cabral

Gabriel Ginane Barreto

Ângela Cristina Alves Albino

DOI 10.22533/at.ed.82719040231

CAPÍTULO 32 352

AVALIAÇÃO EXTERNA – PERSPECTIVA DE CONTRIBUIÇÃO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RITA PAULA DE BRITO

Maria Zilmar Timbó Teixeira Aragão

Silvany Bastos Santiago

DOI 10.22533/at.ed.82719040232

CAPÍTULO 33 363

ESTUDO SOBRE A CORREÇÃO DAS AVALIAÇÕES BIMESTRAIS APLICADAS NA EEEP RAIMUNDO SARAIVA COELHO APARTIR DA UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA GRADECAM

Maria Francimar Teles de Souza

Rosa Cruz Macêdo

José Oberdan Leite

Antônia Lucélia Santos Mariano

Renata Eufrásio de Macedo

Dennys Helber da Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.82719040233

CAPÍTULO 34 374

ANÁLISE DA REPROVAÇÃO DE ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DO INTERIOR DE GOIÁS

Joceline Maria da Costa Soares

Karolinny Gonçalves Guida

Luciana Aparecida Siqueira Silva

Christina Vargas Miranda e Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.82719040234

CAPÍTULO 35 382

METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO AVALIATIVO

Wony Fruhauf Ulsenheimer

Eriene Macêdo de Moraes

Taynan Brandão da Silva

Cristiani Carina Negrão Gallois

Vânia Lurdes Cenci Tsukuda

André Ribeiro da Silva

DOI 10.22533/at.ed.82719040235

CAPÍTULO 36	390
“SOBEJAS PROVAS DE UM PROCEDIMENTO IRREPREHENSIVEL” AGOSTINHO LOPES DE SOUZA – A TRAJETÓRIA DE UM PROFESSOR PRETO NA CIDADE DE CUIABÁ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Paulo Sérgio Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.82719040236	
CAPÍTULO 37	401
A IDENTIDADE FEMININA DA JOVEM NEGRA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: AS VEREDAS TRAÇADAS POR AYA	
Maria Letícia Costa Vieira Patrícia Cristina de Aragão	
DOI 10.22533/at.ed.82719040237	
CAPÍTULO 38	414
PATENTEANDO AO PÚBLICO: ESCOLARIDADE E TRABALHO, PRESENÇA DE PRETOS E PARDOS NA SOCIEDADE CUIABANA ENTRE OS ANOS DE 1850 E 1890	
Paulo Sérgio Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.82719040238	
CAPÍTULO 39	427
PSICOLOGIA ESCOLAR: A PROMOÇÃO DO VALOR DA AMIZADE E AUTOESTIMA COMO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ÀS ADVERSIDADES DO CONTEXTO ESCOLAR	
Daniela Pereira Batista de Paulo Santos	
DOI 10.22533/at.ed.82719040239	
SOBRE A ORGANIZADORA	438

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Luzanira de Deus Pereira da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Mestranda do Curso de Pós-graduação do
Campus do Pantanal – UFMS – lu.dps@hotmail.
com

Regina Aparecida Marques

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Professora Orientadora do curso de Pós-
graduação em Educação do Campus de Três
Lagoas – UFMS – reginaamarques@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa em andamento que consiste em um estudo referente a educação do campo e a política de formação de professores – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC. Para este artigo buscamos discutir a relação entre a alfabetização e a infância na perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, como direito no contexto da educação do campo. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com enfoque bibliográfico, documental e de campo e realizamos entrevistas semiestruturada com professores alfabetizadores participantes do PNAIC do campo. Os pressupostos da teoria Histórico-Cultural de Vigotski e autores que estudam tal enfoque são nossos referenciais para maior compreensão dos processos de apropriação da cultura escrita. A pesquisa

está em andamento e nossas conclusões são preliminares, mas podemos destacar que a educação do campo foi alvo de estudos específicos no ano de 2013 no PNAIC, o que mostrou a importância de uma formação para a educação do campo e suas especificidades.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; PNAIC; formação docente; teoria histórico-cultural.

ABSTRACT: This article is part of the ongoing research project consisting of a study on field education and the teacher Education Policy – National Pact for Literacy in the right age/Pnaic. For this article we seek to discuss the relationship between literacy and childhood in the perspective of the National Pact for Literacy in the right age, as right in the context of field education. The research has a qualitative approach, with a bibliographical, documental and field focus, and we conduct semi-structured interviews with literacy teachers participating in the Pnaic field. The assumptions of the historical-Cultural theory of Vigotsky and authors who study such a focus are our referential for a greater understanding of the processes of appropriation of the written culture. The research is underway and our conclusions are preliminary, but we can emphasize that the field education was the target of specific studies in the year 2013 in the Pnaic, which showed the importance training for

field education and its specificities.

KEYWORDS: field education; Pnaic; Teacher training; Historical-Cultural theory.

INTRODUÇÃO

A alfabetização de crianças e adultos ainda é um desafio a ser superado com urgência pela sociedade brasileira, por ser um processo complexo e multifacetado requer profissionais bem preparados, desse modo as políticas educacionais contemporâneas têm dado enfoque para formação de professores alfabetizadores com finalidade de melhorar o índice de aprendizagem.

Desse modo, alfabetizar com qualidade meninos e meninas tanto do contexto do campo ou cidade tornou-se um imperativo na atual conjuntura, pois a alfabetização constitui um direito humano fundamental, uma condição indispensável para o exercício pleno da liberdade, que constitui o bem supremo de ser na vida (BRASIL,2003, p.7). Nessa perspectiva ler e escrever, não significa memorizar sílabas, palavras ou frases, mas apropriar-se com autonomia da leitura e da cultura escrita.

Sendo assim, o artigo está dividido em duas partes: na primeira trataremos sobre as políticas de formação e a educação do campo como um direito e, na segunda parte, abordaremos sobre as contribuições do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC no processo de formação continuada dos professores do campo na cidade de Corumbá, MS.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA/PNAIC E UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: AS AÇÕES DE FORMAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

No final do século XX, a alfabetização é entendida como mola propulsora para o desenvolvimento dos países pelo viés de políticas financiadas por organismos internacionais. Nesse contexto, segundo Mortatti (2000, p.21) problemas educacionais e pedagógicos, especialmente os relativos a métodos de ensino e formação de professores, passam ser a preocupação de vários atores envolvidos na área da educação.

É importante enfatizarmos que a formação continuada ganha notoriedade a partir da Conferência Mundial da Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, Tailândia, em 1990, ao apontar que cabe aos países pactuados o compromisso de garantir uma formação necessária ao profissional da educação, visando assim garantir os direitos mínimos de aprendizagem de meninos e meninas inseridos na escola pública.

Diante dessa nova ordem mundial, segundo MACHADO (2007, p.27) o Brasil para atender as novas demandas implantou e implementou políticas educacionais tais como: o Pacto de Valorização do Magistério e Qualidade da Educação, o Plano Decenal de Educação para Todos e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

n. 9.394/1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores-PROFA (2001) e o Pró-Letramento (2005). Porém, apesar dos esforços do poder público no que tange a criação de algumas políticas de formação, ainda assim, nesses últimos dez anos, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças concluíram ou ainda concluem sua escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. No caso do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com INEP (2011), a taxa de analfabetismo aos 8 anos ficou em 8% na região urbana e 12,4% na região do rural.

Dessa forma, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC foi criado pelo governo Federal como um compromisso formal assumido pelos Estados, Municípios e Distrito Federal e surge com a finalidade de atender os anseios da população por uma educação de qualidade e inclusiva, que garanta o direito de alfabetização plena às crianças até 8 anos e ao final do 3º ano do ciclo de alfabetização. Constitui-se em um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores. (BRASIL, 2012).

Como parte das políticas educacionais de governo, o PNAIC traz em seu bojo referenciais do Programa Pró-letramento, que teve por objetivo principal a melhoria da qualidade do trabalho dos professores da educação básica, nas áreas de linguagem e matemática.

Conforme o guia geral do programa de formação continuada de professores dos Anos/Séries Iniciais do ensino fundamental, os objetivos desse programa são:

Oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa e matemática; -Propor situações que incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo contínuo de formação docente; Desenvolver conhecimentos que possibilitem a compreensão da matemática e da linguagem e de seus processos de ensino aprendizagem; Contribuir para que se desenvolva nas escolas uma cultura de formação continuada; Desencadear ações de formação contínua em rede, envolvendo Universidades, Secretárias de Educação e Escolas Públicas dos Sistemas de Ensino (BRASIL, 2007).

A partir dos objetivos destacados acima, entendemos que o PNAIC é fruto de um processo de luta em prol da: melhoria da educação quanto ao ensino da leitura, da cultura escrita e cálculo e pela correção da distorção idade/série que se observa nas escolas brasileiras. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – a distorção idade/ série no Brasil é de cerca de quatro anos em média, ou um atraso de quatro anos no nível educacional, em relação à série em que o estudante deveria estar.

Em se tratando da Educação do Campo essa distorção tende a se tornar maior, especialmente pelas características e as peculiaridades que essa modalidade educacional exige do sistema educacional. De acordo com o MEC:

A luta por uma educação de qualidade para as populações camponesas brasileiras vem adquirindo visibilidade e força nos últimos anos. Para que o direito a essa educação se efetive é necessário que conheçamos as especificidades e a trajetória de constituição da Educação do Campo. Assim, esse caderno integra um conjunto de textos e atividades que abordam aspectos do processo nos contextos da Educação do Campo. (BRASIL, 2012, p. 05)

O diagnóstico evidenciado pelo próprio MEC aponta que no substrato camponês além das características próprias de um modelo educacional que se adapta às sazonalidades do processo produtivo rural, a educação foi negligenciada por largo espaço de tempo, havendo nos últimos anos um movimento em prol de uma educação, que não somente qualificasse o cidadão para o exercício da cidadania, mas que o capacitasse para a sua permanência no seu local original, diminuindo o êxodo rural e a conturbação.

Apesar de haver todo um arcabouço teórico e leis que regulamentam e organizam a educação do campo como: a Constituição Federal, LDBEN n. 9.394/1996 e o PNE (2011-2020), que concebem a educação como direito de todos, ou seja, um direito universal, porém a dura realidade de meninos e meninas, homens e mulheres do campo demonstrava que havia a necessidade de ações alfabetizadoras que, se não corrigisse a distorção idade-série dessa modalidade de ensino, ao menos diminuísse seu número em relação à educação urbana, onde os índices são menores. Nessa direção Ribeiro e Albuquerque (2015) afirmam que o analfabetismo é maior no campo: entre as pessoas de 15 anos ou mais, atinge 23,19% na área rural, quase 5,5 vezes superior ao verificado na Zona urbana: 7,9%. (RIBEIRO, ALBUQUERQUE, 2015, p.51)

Diante desse cenário consideramos o PNAIC como uma ação emergencial visando atender meninos e meninas tanto das escolas urbanas, como das escolas rurais com a finalidade de alfabetizar, e alfabetizar com qualidade os estudantes do ciclo de alfabetização. Vale ressaltar que o referido programa traz em seu bojo um diferencial dos programas de formação anteriores; a valorização dos saberes e cultura do povo do campo e cadernos de formação específicos para a Educação do campo. Isto porque, de acordo com Ribeiro (2008, p. 293):

Os filhos dos camponeses experimentam uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar a família, de onde se retira a expressão agricultura familiar. Mas na escola apenas se estuda, e este estudo nada tem a ver com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra.

Mas, não se deve pensar que a Educação Básica do Campo seja apenas uma modalidade utilitária de educação, ou mesmo apenas uma instrumentalização para o trabalho no campo, e sim como, um de seus fundamentos a continuidade dos estudos, inclusive na Educação Superior, o que denota um compromisso com a cientificidade da educação e com a apropriação de conhecimentos para a continuidade dos estudos.

A autora Caldart (2008) afirma que a materialidade de origem por uma Educação do Campo:

são as lutas sociais, pois essa nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional comprometida com os interesses dos trabalhadores do campo”. Por fim, sua origem é também caracterizada pela crítica à educação desvinculada das relações sociais concretas de produção da vida, assumindo a postura de buscar construir outra escola, no embate entre o instituído e as transformações. (CALDART, 2008 BRASIL, 2014, p.13)

Nessa perspectiva, as crianças que vivem no campo têm o direito a aprendizagem da leitura, escrita e cálculo, “mas, principalmente devem tomar consciência da sua voz, de conhecer a sua história, ter sua identidade e a sua cultura; as crianças do campo precisam ser alfabetizadas no sentido pleno da palavra”. (ARROYO, 2012 in BRASIL, 2012, p.71). Por conseguinte, a escola precisa valorizar os conhecimentos prévios da criança, bem como o contexto social no qual está inserida, oportunizando em um processo dialógico o desenvolvimento e a aprendizagem para vida.

Nessa direção Kramer (2007, p.15) corrobora que as crianças do campo devem ser reconhecidas como, cidadã e com infinitas possibilidades de aprendizagens, assim, estas e outras dimensões da infância no campo devem permear o currículo escolar, o fazer educativo nos processos de alfabetização e letramento

A alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual. Nesse sentido o professor é uma das figuras centrais nos processos de ensino e de aprendizagem, “sendo assim, é responsável pelo ato de planejar situações e atividades que permita a criança apropriar-se da cultura escrita de forma significativa, tendo em vista desenvolvimento das qualidades humanas”. (CAÇÃO, MELLO, SILVA, 2014, p. 150).

Devemos ter clareza de que a aprendizagem da linguagem escrita resulta de uma ação motivada, por uma situação problema, a qual deve ser analisada criticamente e não imposta ou realizada a partir do processo de memorização (BRASIL, 2012). Como afirmou Vigotski (1995), cabe a escola ensinar a linguagem escrita e não a escrita de palavras ou letras destituídas de sentido para as crianças. A entrada das crianças no ensino fundamental não pode significar o abandono do lúdico, do faz de conta, do desenho e da pintura. A criança tem o direito de aprender, sem deixar de ser criança.

Concordamos com as autoras, Espíndola e Souza (2017), sobre o grande desafio das escolas públicas brasileiras de não roubar a infância com aprendizagem mecânica e descontextualizada da linguagem oral e escrita, mas sim oportunizar às crianças situações de vivências com a cultura mais elaborada. A seguir apresentamos algumas contribuições do PANIC para a formação continuada de professores alfabetizadores.

DA TEORIA À PRÁTICA DOCENTE, UM CAMINHO A SER PERCORRIDO E RECONSTRUÍDO: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO PNAIC?

Consideramos que o homem que trabalha é transformado pelo próprio ofício desenvolvido em uma relação dialética. Isso é confirmado por Antunes (2012, p.13) ao salientar que para Marx, o ser humano “não é apenas um ser natural, mas um ser natural humano” que se humaniza através de sua ocupação, através de suas relações com o outro ser humano. Nesse movimento dialético, o homem vai constituindo-se e apropriando-se dos seus conhecimentos por meio das relações sociais.

Assim, a formação continuada promovida pelo PNAIC, é focada na prática docente, com intuito de melhorar sua ação levando em consideração as singularidades do trabalho pedagógico e as trocas de experiências como objeto de reflexão das práxis pedagógicas.

De acordo com a teoria Histórico Cultural, o trabalho educativo é uma atividade intencional e deve ser um motor para os novos conhecimentos e novas conquistas psíquicas a partir do desenvolvimento real da criança e de seu desenvolvimento consolidado (Mello, 1999); contudo o (a) professor (a) alfabetizador (a) deve ter clareza sobre o que, para que, quando e como ensinar, afim de favorecer às crianças uma aprendizagem significativa.

Vale salientarmos que este artigo é um recorte da dissertação de mestrado em andamento, e de acordo com os dados levantados através de entrevistas pela pesquisa de campo com seis professores que exercem diferentes funções na área educacional no contexto do campo e uma professora que atuou de 2013 a 2016 como coordenadora do PNAIC. Os resultados preliminares apontam que o referido programa de formação ainda que de maneira tímida, contribuiu para melhorar a prática de ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem de meninos e meninas inseridos no ciclo de alfabetização da escola alvo do nosso estudo. Os participantes salientaram que os conhecimentos construídos e apropriados nos encontros de formação, atualmente são utilizados para dinamizar as aulas, tais como: sequência didática e o projeto didático. Através dos projetos Horta e da Feirinha, dentre outros, buscam aproximar o conteúdo escolar da realidade das crianças. Nesses projetos as crianças e também a família participam ativamente. A feirinha realizada em um dia da semana, com produtos produzidos no próprio assentamento. Vejamos o relato do diretor

O objetivo principal da feirinha é trabalhar com o que eles produzem e mostrar para as crianças que não é vergonha ser agricultor, de ser do campo, de vender o maxixe, o quiabo, tem que ter a mesma satisfação que o cara que vende o avião, são as profissões, temos que valorizar as nossas profissões, os adolescentes principalmente dificilmente você vê numa feira vendendo isso. Eles têm vergonha de falar que são do campo, a escola trabalha para amenizar isso.

Como podemos perceber que através dos projetos os conteúdos são ressignificados, valorizando os saberes, a cultura e o modo de produção e de vida da

comunidade local, fortalecendo a identidade das crianças do campo, para que possam ter orgulho da sua cultura e de ser do campo. Desse modo, percebemos que a escola lócus da pesquisa procura superar o ensino tradicional, através dos projetos e da sequência didática. Os profissionais têm a consciência que a educação do campo tem de ser diferenciada em conteúdo.

Porém sabemos que a educação do campo é um projeto em construção que ainda tem muito que caminhar para que os princípios educativos preconizados para essa modalidade de ensino sejam materializados no chão das escolas. Nessa direção o autor Moreira (2010), salienta que a educação do campo, “mesmo com tantos direitos conquistados no papel, ainda hoje, não conseguiu de fato causar um impacto de transformação social nessas escolas, a nível nacional”. Os currículos escolares são padronizados, iguais, tanto para as escolas do campo como as escolas da cidade, desconsiderando as diversidades existente entre ambas escolas.

Vale salientar que no ano 2013, o PNAIC trouxe um olhar diferenciado para a educação do campo bem como para a formação dos professores alfabetizadores que atuam nessas regiões, pois no respectivo ano os cadernos de formação foram específicos para a educação do campo, porém nos anos de 2014, 2015, 2016, não tivemos a continuidade, os cadernos que orientam as formações passaram a ser únicos, ou seja, iguais, para realidades diferentes. Porém há uma demanda por uma política de formação contínua para essa modalidade de ensino, tendo em vista que a maioria dos professores não são do campo, outros, devido a rotatividade nessas regiões não tem experiência com essa modalidade de ensino. Nesse contexto que se perfaz a urgência por uma formação específica para os professores que atuam nas escolas do campo, que valorize a realidade e a cultura da criança campesina, possibilitando romper com velhos paradigmas de ensino que ainda perpetuam nas escolas do campo, contribuindo para o fortalecimento de uma educação emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo é fruto de luta e resistência aos princípios que regem a sociedade capitalista a qual vivemos, e gradativamente vem conquistando seu espaço nas agendas políticas nas esferas: federal, estadual e municipal. Nesse contexto podemos dizer que o PNAIC surge da luta por uma educação diferenciada e de qualidade no campo.

O direito a educação é uma das bandeiras fundamental da reforma agrária. Porém a educação que almeja é uma educação humanizadora que valorize a realidade da população do campo, os seus saberes, a cultura e o modo de produção. De acordo com Farias, não basta que a escola ali esteja, é necessário que ela dialogue plenamente com a realidade do meio onde se encontra. (FARIA et al.2009, p.75). Consideramos que a realidade das crianças do campo e também da cidade deve ser valorizada pela escola. A criança deve ser vista como sujeito de direitos.

Dessa forma, o PNAIC vem criando possibilidades de fomentar a educação voltada para os alunos camponeses, visando melhorar a qualidade de ensino e da aprendizagem como também o fortalecimento das políticas de capacitação de professores no contexto do campo.

Vale ressaltarmos que o PNAIC trouxe um olhar diferenciado para a formação dos profissionais do campo, mas não deu continuidade nas ações, ficando relegada para segundo plano, porém os resultados da pesquisa que se encontra em andamento apontam que há uma demanda por formação específica para os professores que atuam no contexto do campo, uma vez que a grande maioria não são do campo ou não tem experiências com essa modalidade de ensino. Dessa forma, perguntemos: como ensinar aquilo que não sabe? Entendemos que tanto os alunos como o professor são sujeitos de direitos, ou seja, o aluno tem direito de ser alfabetizado para o pleno exercício da cidadania e o professor tem o direito a formação continuada para o seu crescimento pessoal e profissional, para isso faz-se necessário políticas consistente para uma educação do campo de qualidade.

Porém, sabemos que historicamente, o Brasil sofre por solução de continuidade das políticas educacionais, é urgente a necessidade de criação de políticas de Estado e não de governo, para que seja garantido os direitos de aprendizagem das crianças de classe popular tanto do campo como da cidade. Tais políticas devem estar presentes na educação, porém precisam ser assumidas por todos para que a alfabetização das crianças seja consolidada.

REFERÊNCIA

ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo**. Secretaria de Estado de Educação. Cadernos temáticos: educação do campo, Curitiba-PR, 2012. IN BRASIL, 2012. p.71.

CAÇÃO, Maria Izaura. MELLO, Suely Amaral, SILVA, Vandeí Pinto da. **Educação e Desenvolvimento humano: Contribuições da Abordagem Histórico-Cultural para a Educação Escolar**. Jundiá; Paco Editorial. 2014.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: SANTOS, C. A. dos. (Org.). **Educação do campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

BRASIL. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Pró-Letramento, Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Alfabetização e Linguagem**. Brasília: MEC, 2007

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: formação do professor alfabetizador**. Caderno de apresentação, Brasília: MEC, 2012.

ESPÍNDOLA, Ana Lucia e SOUZA, Regina Aparecida Marques de. **Alfabetização em dois anos:**

esse é o caminho? Jornal Correio do Estado, Campo Grande, 27 de abril de 2017. Acesso: <http://www.correiodoestado.com.br/opiniaõ/ana-lucia-e-regina-aparecida-alfabetizaçaõ-de-crianças-em-dois-anos/302824>.

FARIA, A. R. et.al. **O eixo educação do campo como ferramenta de diálogo entre saberes e docência.** In: ROCHA, A.M.I.; MARTINS, A. A. Educação do campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Atentica,2009.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Janete, PAGEL, Sandra Denise e NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro (orgs.). **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MACHADO, Ednéia Maria Azevedo. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA): um ressignificar da prática docente?** Campo Grande - MS,2007.Disponivelem:<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/bitstream/123456789/710/1/Edn%c3%a9ia%20Maria%20Azevedo%20Machado.pdf>. Acessado em 12/05/2017.

MELLO, Suely Amaral. **Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vygotsky para a educação infantil.** Pro- Posições - Vol. 10 N° 1 (28) março de 1999.

<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/28-artigos-mellosa.pdf>.

MELLO, Suely Amaral, formação de professores: **implicações pedagógicas da teoria histórico-cultural.** Revista Contrapontos - Eletrônica Vol. 14 - n. 2 - mai-ago 2014.

MELLO, Suely Amaral. **Ensinar e Aprender a Linguagem Escrita na perspectiva Historico-Cultural.** Psicologia política. Vol, 10.N°20.pp.329-343.jul. -Dez,2010.

MORTATTI, Maria R. L. **Os sentidos da alfabetização: (São Paulo/1876-1994).** São Paulo: Editora Unesp, 2000

RIBAS, Juliana da Rosa, ANTUNES, Helenise Sangoi, BOLZAN, Marilene. **Análise reflexiva dos cadernos de educação do campo trabalhados no pacto nacional pela alfabetização na idade certa.** Santa Maria: UFSM, 2015.

RIBEIRO, M. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educação e Pesquisa.** v. 34, nº 1, pp. 27-45, jan. /Abr. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Simone, ALBUQUERQUE Andrea Serpa de Educação do Campo e o (im)pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa(PNAIC). Juiz de Fora. Edição Especial.2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-082-7

